

-----ACTA N.º 8-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE OUTUBRO DE 1996-----

-----Aos dezasseis dias do mês de Outubro de mil novecentos e noventa e seis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no Auditório Municipal, sito na Avenida Cinco de Outubro, nesta cidade, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Um - Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da Actividade Municipal, nos termos da Lei.-----

-----Dois - Plano Estratégico da Cidade - Versão Final - Emissão de Parecer.-----

-----Três - Comissão de Segurança - Relatório - Proposta para a criação do Conselho Local de Segurança dos Cidadãos.-----

-----Quatro - Emissão de Parecer - Criação da Freguesia da Maceira no Concelho de Torres Vedras.

Cinco - Regionalização - Projectos de Lei - Audição da Assembleia Municipal. -----

-----Presidiu o Sr. José António Vale Paulos, (Primeiro Secretário), tendo sido secretariado pelos Srs. António Fernando Alves Fortunato e José Maria Gomes.-----

-----Estiveram também presentes os membros da Assembleia Municipal que se passam a indicar:

-----Joaquim José Vidal Severino, Carlos Manuel Soares Miguel, Maria da Conceição Coelho Carichas, António Martins Bento, Manuel Oliveira da Silva, Maria Teresa Sousa de Moura Guedes, Rosa Maria Mendes Matos Alves, Graça Maria Ferreira de Oliveira Saraiva, João Henrique Barata Farinha, David Bernardino dos Santos, Venerando António Aspra de Matos, Nuno Filipe da Cunha Viegas Pires, Viriato da Costa e Sousa Batalha, Luís Filipe Natal Marques, Marco António Ribeiro de Oliveira, Vítor Manuel Vitorino, Isália Maria Damaso Antunes Domingos, José Manuel Cristóvão, José Filipe Ferreira Henriques, Constantino Mendes Vicente, Augusto de Oliveira Aniceto, Raul Franco, José Manuel Ferreira Antunes, Jacinto Maria Sarreira da Silva, Hermenegildo Santos Ramos, José Faustino Teles Ferreira, Horácio Orlando da Silva, Acácio Augusto dos Santos, António Augusto Alves, Mário Manuel de Jesus Miranda, José Franco Justino, Carlos Alberto Lopes Veloso, João Batista Vieira dos Santos, João Carlos Drumond de Sousa, Porfírio Martins Ferreira Gil e Maria Madalena Baeta Magalhães Batista.-----

-----Faltaram os membros da Assembleia Municipal Srs.:-----

-----José Alberto Ferreira Menino, Vítor Sérgio Pereira da Silva, Sérgio Armando Lopes Gomes, Amílcar Ribeiro Duarte, Manuel Luis Pereira, Manuel Vitorino M. Veloso Abrantes e Jorge Alexandre da Silva Nunes.-----

-----Estavam também presentes o Presidente da Câmara, Jacinto António Franco Leandro, os Vereadores Srs. António Carlos Nunes Carneiro e José Romão dos Santos Ferreira, bem como o Sr. Director de Departamento Municipal de Administração Geral e Finanças, Acácio Manuel Carvalhal Cunha.-----

-----Presente que estava a maioria dos membros da Assembleia, o Sr. Presidente da Mesa deu por aberta a sessão, entrando-se no período antes da ordem do dia.-----

APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES:-----

-----O Sr. Presidente da Mesa submeteu à discussão e votação as actas números três e quatro de catorze e vinte e um de Maio, tendo as mesmas sido aprovadas por maioria, com duas abstenções dos membros da Assembleia Municipal, Teresa Moura Guedes e António Martins Bento.-----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. António Fernando Alves Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo sido todos os documentos numerados e rubricados os quais irão ficar arquivados em pasta própria anexa ao Livro de Actas.-----

-----Anotou-se que foram numerados trinta e dois documentos que a seguir se indicam:-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO UM** - Ofício da Câmara Municipal de Torres Vedras número Sete mil duzentos e treze, de treze do mês findo, informando que a Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, fixou em quarenta e seis milhões quinhentos e treze mil escudos, o financiamento que a Câmara poderá obter beneficiando da Linha de Crédito Especial para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries que ocorreram nos meses de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco e Janeiro de mil novecentos e noventa e seis - Obras de Reparação da Rede Viária.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO DOIS** - Ofício da Junta de Freguesia de Outeiro da Cabeça sobre o Centro de Saúde de Torres Vedras extensão número cento e trinta e um.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO TRÊS** - Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses número cento e três, de trinta do mês findo, dando conhecimento do parecer da Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativamente ao Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO QUATRO** - Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses número noventa e oito, de treze do mês findo, dando conhecimento do parecer da referida Associação relativamente à proposta do Plano Rodoviário Nacional / Dois Mil.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO CINCO** - Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses número oitenta, de trinta e um de Julho do corrente ano, dando conhecimento da posição da Associação relativamente à transposição da Directiva Comunitária noventa e dois, barra, quarenta e três, barra, CEE para a Ordem Jurídica Interna e Rede Natura Dois Mil.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO SEIS** - Ofício da Assembleia Municipal das Caldas da Rainha número duzentos e vinte e dois, de vinte e cinco do mês findo, dando conhecimento da moção aprovada sobre o IC Um entre Torres Vedras e Caldas da Rainha.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO SETE** - Programa do encontro técnico sobre o tema “Que futuro

para o abastecimento de água à grande Lisboa?”, organizado pela Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO OITO** - Carta da Guarda Nacional Republicana - Brigada número dois - dando conhecimento do assumir de funções de novo Comandante.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO NOVE** - Carta da Associação de Dadores de Sangue de Torres Vedras, informando a constituição da Associação em escritura pública em vinte e sete de Junho de mil novecentos e noventa e seis.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO DEZ** - Carta do Instituto Superior Bissaya Barreto de dezanove do mês findo, dando conhecimento do colóquio sobre “As Regiões Administrativas” que se irá realizar no próximo dia vinte e cinco de Outubro.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO ONZE** - Ofício do Tribunal de Contas, dando conta da notificação do acordão número cento e oitenta e dois, barra, noventa e seis, relativo à gerência de noventa e um da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO DOZE** - Carta do Movimento Democrático de Mulheres, dando conhecimento da organização do Congresso “A Mulher e o Desporto” - Declaração de Brighton.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO TREZE** - Carta de José Alberto Ferreira Menino onde expressa um formal pedido de desculpas a todos os cidadãos presentes nesta Assembleia para assistir à Sessão do dia vinte e sete de Setembro último, a qual não se realizou por falta de quorum.-----

-----**JUSTIFICACÃO DE FALTAS:**-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO CATORZE** - Carta de António Martins Bento, solicitando justificação à sua falta à reunião da Assembleia Municipal de vinte e sete de Setembro último.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO QUINZE** - Carta de João Henriques Barata Farinha, solicitando justificação à sua falta à reunião da Assembleia Municipal de vinte e sete de Setembro último.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO DEZASSEIS** - Carta de João Carlos Pereira Drumond de Sousa, solicitando justificação à sua falta à reunião da Assembleia Municipal de vinte e sete de Setembro último.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO DEZASSETE** - Carta de danos Alberto Lopes Veloso, solicitando justificação à sua falta à reunião de vinte e sete de Setembro último.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO DEZOITO** - Carta de José Manuel Ferreira Antunes, solicitando justificação à sua falta à Assembleia Municipal de vinte e sete de Setembro último.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO DEZANOVE** - Carta de José Faustino Teles Ferreira solicitando justificação à sua falta à Assembleia Municipal de vinte e sete de Setembro último.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO VINTE** - Carta de Vítor Sérgio Pereira da Silva, solicitando justificação à sua falta à Assembleia Municipal de dezoito de Julho último.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO VINTE E UM** - Carta de Maria Teresa Sousa de Moura Guedes,

solicitando justificação às suas faltas às reuniões de dezoito de Julho e vinte e sete de Setembro do corrente ano.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO VINTE E DOIS** - Carta de António Fernando Alves Fortunato, solicitando justificação à sua falta à Assembleia Municipal de dezoito de Julho último.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO VINTE E TRÊS** - Carta de Carlos Manuel Soares Miguel, solicitando justificação à sua falta à Assembleia Municipal de dezoito de Julho último.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO VINTE E QUATRO** - Carta de José Alberto Ferreira Menino, solicitando justificação à sua falta à reunião de hoje, por se encontrar hospitalizado.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO VINTE E CINCO** - Carta de Mário Manuel de Jesus Miranda, solicitando justificação de falta à reunião de vinte e sete de Setembro último.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO VINTE E SEIS** - Carta de Carlos Manuel Soares Miguel, solicitando justificação de falta à reunião de vinte e sete de Setembro último.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO VINTE E SETE** - Carta de Viriato de Costa e Sousa Batalha, solicitando justificação de falta à reunião de vinte e sete de Setembro último.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO VINTE E OITO** - Carta de Rosa Matos Alves, solicita a justificação da falta à reunião de vinte e sete de Setembro último.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO VINTE E NOVE** - Carta de Maria Madalena Baeta Batista, solicitando a justificação de falta à reunião de vinte e sete de Setembro último.-----

-----**RENÚNCIA DE MANDATO:**-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO TRINTA** - Carta de Alberto Manuel Avelino, comunicando a sua renúncia ao mandato, dado a incompatibilidade existente entre o cargo de Governador Civil e o de membro da Assembleia.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO TRINTA E UM** - Carta de Francisco Manuel da Conceição Alves, comunicando a sua renúncia ao mandato por razões de ordem pessoal e profissional.-----

-----**DOCUMENTO NÚMERO TRINTA E DOIS** - Carta de Pedro Domingos Jorge, comunicando a sua renúncia ao mandato por razões de ordem profissional.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida, bem como deliberou aceitar todas as justificações de falta apresentadas.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa comunicou que irão ser chamados à efectividade de funções, os elementos que se seguem na lista, nos termos da Lei, para substituírem o Sr. Francisco Manuel da Conceição Alves e o Sr. Pedro Domingos Jorge.-----

-----Relativamente à renúncia de mandato do Sr. Alberto Manuel Avelino, o Sr. Presidente da Mesa informou que iria ser agendado para a próxima sessão da Assembleia Municipal como um ponto da ordem de trabalhos, a eleição do novo presidente da Assembleia Municipal.-----

FUNCIONAMENTO DA MESA DA ASSEMBLEIA - PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Vidal Severino, teceu críticas sobre o que considerou a forma incorrecta como a Mesa da Assembleia vem funcionando, concretamente não proporcionando aos seus membros a informação que legitimamente é solicitada. Citou como exemplo o caso da distribuição de verbas aquando dos últimos temporais.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia contrapôs dizendo que tem perfeita consciência que das informações chegam aos líderes dos Grupos Municipais. Se houver assuntos que careçam de esclarecimentos mais pormenorizados qualquer membro da Assembleia Municipal, poderá, nos termos regimentais, fazer chegar a sua solicitação à Mesa.-----

-----Reforçando o que antes afirmara, o membro Vidal Severino lembrou o processo respeitante à autorização para a contracção do empréstimo, o qual foi aprovado por esta Assembleia em condições especiais, dado se desconhecer o seu real montante, na condição de posteriormente virem a ser prestados todos os esclarecimentos, face à concretização do processo, que até ao momento não aconteceu.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa esclareceu não dispor ainda dos elementos em causa.-----

-----Por sua vez o membro da Assembleia Municipal, Sr. Natal Marques, interpelou o Sr. Vidal Severino considerando ter sido a sua intervenção totalmente descabida e precipitada.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara, respondendo à questão colocada pelo Sr. Vidal Severino, quanto às verbas provenientes do empréstimo, esclareceu que até ao momento não deu entrada nos cofres da Câmara qualquer fundo proveniente desse mesmo empréstimo, dado tratar-se de um processo em termos administrativos, moroso e complicado, que se encontra a aguardar o indispensável visto do Tribunal de Contas.-----

-----No entanto, salientou o esforço que está a ser feito pela Câmara, em termos de gestão do seu próprio orçamento, com vista à realização das obras de reparação consideradas mais urgentes.-----

-----Referiu que nada está a ser feito sem controlo, pois a listagem real existe e poderá, se assim for entendido, chegar aos diversos membros da Assembleia Municipal.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PLANEAMENTO URBANÍSTICO – INSTRUMENTOS DE GESTÃO – QUALIDADE DE VIDA DAS POPULAÇÕES – POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL – GRANDES SUPERFÍCIES COMERCIAIS:-----

-----Usou da palavra o membro da Assembleia Municipal. Sra. Conceição Carichas, fazendo uma ampla explanação sobre a importância da aprovação dos instrumentos de gestão urbanística da cidade e do Concelho, na convicção de que daí estariam asseguradas as condições para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e defesa do meio ambiente.-----

-----Contudo, e referindo-se ao Plano Director Municipal e a algumas das servidões criadas, constata que, paralelamente, vão surgindo mecanismos de excepção e se vão invocando compromissos

antigos que servem de suporte para o aparecimento de factos consumados, alguns dos quais se traduzem em situações aberrantes.-----

----Exemplificou o caso de uma construção em plena Arriba da Praia de Santa Rita em Reserva Ecológica.-----

----A propósito não deixou de ter presente o caso dos Postos de Abastecimento de combustível e a recente legislação publicada que entretanto foi prorrogada na prática até ao ano de dois mil e quatro. Neste tempo de permeio aparece agora a construção de uma gasoil dentro da cidade, na zona sul, em plena área urbana, não podendo aqui haver elasticidade dos perímetros urbanos à medida das conveniências dos particulares, sem ter minimamente em conta a segurança dos cidadãos.-----

----Para além deste caso, lembrou que outros equipamentos desta natureza estão a surgir sem que se tenha tido em conta a transferência dos existentes no miolo da área urbana consolidada. A Câmara, neste particular não poderá, nem deverá lavar as mãos, alegando leis de mercado, pois há questões de ordem moral, social e ambiental que devem ser tidos em conta, não devendo, por isso, a Câmara esperar pelo ano dois mil e quatro.-----

----Ainda na vertente da entrada em vigor do Plano Director Municipal, abordou também a temática da instalação dos grandes supermercados, não só por uma questão de protecção do comércio local, mas por todos os impactos que geram a nível de tráfego, não esquecendo a má qualidade arquitectónica que todos estes pavilhões apresentam, devendo, em seu entender, ser implantados na periferia das cidades, o que em Torres Vedras não se verifica.-----

----Salientou que à expansão sul da cidade deveria ser dispensada uma maior atenção, dada a qualidade das urbanizações ali existentes e programadas. Face ao que referiu, interroga-se se é esta a cidade de que hoje se vai tratar no Plano Estratégico da Cidade.-----

----O Sr. Presidente da Câmara entende ser dever de qualquer cidadão alertar as entidades competentes, sempre que presuma haver qualquer violação do instrumento de gestão urbanística devidamente aprovado.-----

----Quanto ao caso concreto sobre uma obra no Alto de Santa Rita, esclareceu que de facto se trata de uma construção ilegal, tendo referido a existência de uma situação anterior, da qual esta é uma reincidência, e que a Câmara está a acompanhar devidamente o processo em termos de, no estrito cumprimento das disposições legais em vigor, vir a ordenar a demolição, tal como já aconteceu no processo anterior.-----

----Quanto ao caso dos Postos de Abastecimento na cidade, informou que o Posto em causa surge, na sequência de uma decisão da Câmara anterior, numa ocasião em que o perímetro urbano ainda não estava definido, sendo os respectivos terrenos, à data, classificados dentro da Reserva Agrícola Nacional.-----

----Aludiu à legislação em vigor em matéria de instalação destes equipamentos, a qual impõe regras

concretas e cuja aplicação prática terá de ser observada a partir do ano dois mil e quatro.-----

----Logo, não competirá à Câmara avaliar a rentabilidade dos postos que não reúnam condições e que forçosamente nesse ano terão de ser desactivados se não reunirem as condições legais.-----

----Quanto à situação dos outros Postos no interior da cidade, deu nota das muitas diligências que tem vindo a efectuar com os proprietários, no sentido de se encontrarem soluções alternativas, lamentando que da parte dos interessados tenha havido uma posição de total inércia.-----

----Embora, não pretendendo funcionar como forma de pressão, lembrou a política que tem vindo a ser seguida em termos do aumento das taxas de ocupação de via pública, com agravamentos, na ordem dos cem por cento.-----

----Quanto às grandes superfícies lembrou que a terminologia não é correcta, dado não haver unidades com essas características em Torres Vedras. Sobre o aspecto estético trata-se de matéria sempre discutível, pois os critérios de apreciação são sempre, subjectivos.-----

----Quanto ao loteamento da Conquinha não deixou de salientar que o mesmo terá alguns aspectos negativos, como seja as traseiras do Pingo Doce, no entanto há que realçar a preocupação da Câmara em melhorar toda aquela zona, citando o caso dos calcetamentos e ajardinamentos.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

HIGIENE PÚBLICA –TRANSITO DE CANÍDEOS:-----

----O membro da Assembleia Municipal Sr. Natal Marques sensibilizou para a necessidade de se encontrarem mecanismos tendentes a obviar a grave situação de insalubridade nos passeios e zonas verdes, originada pela falta de civismo dos donos dos animais de estimação, ao permitirem que os mesmos conspurquem esses espaços públicos, numa clara falta de consideração pela defesa do meio ambiente e da população.-----

----Assim, sugeriu a existência de algum equipamento sanitário, onde os donos pudessem depositar os dejectos dos seus animais.-----

----O Sr. Presidente da Câmara foi sensível à questão colocada, informando estar já a decorrer um processo administrativo com vista à preparação de eventual regulamento autónomo ou alteração do regulamento existente de modo a contemplar esta situação, que na verdade se vem agravando.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMISSÕES CRIADAS NO ÂMBITO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-----

----Interveio o membro da Assembleia Municipal, Sra. Graça Oliveira para, no seguimento de tudo o que se tem dito sobre o deficiente funcionamento desta Assembleia, se constatar que por acréscimo também as Comissões que são criadas resultam totalmente inoperantes.-----

----Para além das competências próprias em matéria de Fiscalização da actividade do Executivo, é também concedida, por Lei, à Assembleia a prerrogativa da criação de Comissões específicas tendo por objectivo melhorar e aperfeiçoar processos sobre questões que interessam a toda a comunidade,

daí a legitimidade que a todos assiste para intervir, a qual assenta no sufrágio directo.-----

-----A propósito desta inoperância, lembrou o caso do “Estudo da Problemática da Transferência de Verbas do Orçamento Municipal para as Juntas de Freguesia”, e da Comissão criada em cinco de Dezembro, que até hoje não apresentou qualquer conclusão.-----

-----Alertou que se aproxima a discussão de um novo Plano e Orçamento. Gostaria de ser informada sobre a concretização de algumas transferências de verbas e quais os critérios. Pretendeu também ser esclarecida quanto a eventuais transferências de verbas para além das que constam no Plano e Orçamento, dado ter conhecimento do reforço de uma verba a nível do orçamento de uma freguesia, cuja proveniência desconhece.-----

-----Concluiu, deixando uma crítica ao modo como funciona a Assembleia e à consequente inoperância das Comissões criadas no seu âmbito.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Viriato, fez uma correcção à intervenção havida a esta matéria, dado que houve uma Comissão - Parques Industriais - da qual fez parte que apresentou um relatório, elaborado por ele próprio, muito embora o mesmo, por razões que desconhece, nunca tenha sido discutido.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara, pese embora as críticas apresentadas, continuou a defender o papel importante que as Comissões criadas no seio da Assembleia Municipal constituem, em termos de colaboração com a Câmara e outras entidades, na procura das melhores soluções para a concretização dos objectivos específicos de cada uma das Comissões.-----

-----Quanto à questão das transferências para as Juntas de Freguesia deu nota de algumas acções que a Câmara, vem já de algum tempo elaborando, nomeadamente, em matéria de conservação dos edifícios escolares.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SITUAÇÃO DE EMPREGO NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

-----Interveio o membro da Assembleia Municipal, Sra. Graça Oliveira, sensibilizando para o agravamento das condições sociais dos trabalhadores da Casa Hipólito, no entendimento de que algo terá de ser feito por parte dos órgãos do Poder Local.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara declarou que infelizmente estes factos se estão a constatar e que carecem de intervenção, de modo a que não surjam situações de ruptura, salientando que a Câmara na medida das suas possibilidades, está atenta à situação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Oliveira abordou a problemática da implantação de condutas da Transgás, uma vez que, em termos de Plano Director Municipal, esse traçado nunca chegou a ser definitivo, pese embora as várias versões que foram apresentadas. Neste

momento está já implantado um traçado, o qual está a chegar às portas da cidade. Parece-lhe haver um total desconhecimento sobre o armazenamento, o terminal e outras questões afins, concretamente o caso da localização.-----

----Gostaria também de ser esclarecido se há negociações para o abastecimento e em que condições vai ser executada a rede da cidade e a rede industrial, e se essa rede secundária vai ter em conta as áreas industriais já definidas, tudo numa clara perspectiva do correcto ordenamento do território, pois é sabido que as acessibilidades de energia condicionam o aparecimento de áreas industriais como elemento dinamizador das mesmas daí entender ser obrigação da Transgás, actuar em conformidade com os instrumentos de planeamento urbanísticos existentes, numa clara colaboração com o Município e não sua revelia.-----

----Por tudo isto, gostaria de ser esclarecido sobre o tipo de acompanhamento que a Câmara tem feito ou pretende vir a fazer a este processo de tão grande importância em termos de estratégia de desenvolvimento.-----

----Por último questionou sobre a existência de dossier sobre este processo o qual deveria ser disponibilizado para consulta das pessoas mais interessadas neste tema, podendo ainda nesta fase virem a ser acautelados aspectos ambientais de extrema importância.-----

----O Sr. Presidente da Câmara referiu que a questão colocada tem toda a acuidade, pois este processo a nível do traçado da conduta tem vindo a passar por diversas vicissitudes.-----

----Contudo a Câmara tendo dispensado um particular acompanhamento a este processo, nomeadamente, dando os seus pareceres sobre traçados alternativos, cujas opções, assentaram na necessidade de cobrir determinadas áreas, concretamente as industriais.-----

----Quanto ao armazenamento e distribuição embora se trate de uma segunda fase, a Câmara está atenta ao problema, uma vez que dispõe de um dossier sobre o assunto, o qual poderá ser consultado pelos membros da Assembleia Municipal que o desejarem.-----

----Lembrou que a fase de distribuição irá avançar, talvez mais rapidamente do que se esperava, pelo que existe redobrada atenção neste aspecto, uma vez que irá originar fortes impactos a nível de infraestruturas no subsolo com todas as consequências em termos de aberturas de valas.-----

----Igualmente lembrou o caso da TV por cabo, cujo processo irá gerar os mesmos inconvenientes, pelo que tudo irá ser articulado.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SECTOR DE HIGIENE PÚBLICA - RECOLHA DE LIXOS DOMÉSTICOS:-----

----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Manuel Oliveira, alertou para o que considerou ser o estado deplorável que apresenta a maioria das aldeias em virtude do acumular de lixos domésticos a transbordar dos contentores, por falta de recolha.-----

----Para além deste aspecto existe também o problema do lixo colocado nas bermas das Estradas

Municipais, com todos os impactos visuais, ambientais e de salubridade, propondo a promoção de uma campanha de sensibilização às populações promovida pelas Autarquias, comunidade escolar, Associações e outras forças vivas.-----

-----Estes problemas têm particular acuidade na zona litoral. O Sr. Presidente da Câmara informou que se continuam a fazer esforços para melhorar este serviço, no entanto, considera que o problema fundamental consiste numa campanha de sensibilização junto da população, de modo a alterar determinados hábitos e comportamentos.-----

-----Sobre este aspecto recordou a operação levada a cabo durante o verão a nível de limpeza de praias e que funcionou muito bem.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRÉMIO NOBEL DA PAZ CONCEDIDO A DOIS TIMORENSES:-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Viriato Batalha, propôs que viesse a ficar lavrado em Acta um voto de congratulação pela recente atribuição de tão alta distinção concedida a dois timorenses ilustres, D. Ximenes Belo e Dr. Ramos Horta, ambos falando a língua portuguesa.-----

-----Não havendo mais intervenções foi a mesma posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

ESTRADA NACIONAL DUZENTOS E QUARENTA E SETE ENTRE CASALINHOS E BOMBARDEIRA – PONTO DA SITUAÇÃO:-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Viriato Batalha, pediu esclarecimentos sobre o ponto de situação das obras da estrada em título, face ao impasse que se verifica.-----

-----O Sr. Vereador Romão Ferreira esclareceu que este processo está a aguardar o “visto” do Tribunal de Contas, o qual é o “culpado” desta morosidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ACESSOS À A OITO – CONDIÇÕES DE SEGURANÇA:-----

-----Usou da palavra o membro da Assembleia Municipal, Sr. Viriato Batalha, alertando para a falta de segurança existente num dos acessos à A Oito, na zona do Catefica, que para além do deficiente Piso, não, tem qualquer protecção lateral, o que o torna bastante perigoso.-----

-----O Sr. Vereador Romão Ferreira informou que anotou e que irá fazer diligências para corrigir esta situação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

POLUIÇÃO DO RIO SIZANDRO – MORTE DE PEIXES NA FOZ:-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Viriato Batalha pretendeu ser esclarecido sobre se já existem algumas conclusões quanto às origens do acidente ecológico verificado na Foz do Sizandro com uma enorme mortandade de peixes.-----

-----Sr. Presidente da Câmara esclareceu que, embora já se saibam algumas causas, desconhecem-se,

no entanto as conclusões mais profundas. -----

----Informou que já se está a tratar da limpeza do rio entre as pontes de Bordinheira e do Aranha, pois foi este traçado que os técnicos consideraram prioritário para resolver a situação existente. Salientou que foi alertado para descargas que se estavam a efectuar no rio, comunicando o facto ao Ministério do Ambiente, pois a Câmara não tem poderes para actuar nestas situações.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CENTRO DE SAÚDE DE TORRES VEDRAS – EXTENSÃO DE OUTEIRO DA CABEÇA:-----

----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Outeiro da Cabeça solicitou a intervenção da Assembleia junto dos organismos competentes, no sentido de repor em funcionamento esta extensão, uma vez que deixou de dispor de médico, acarretando graves prejuízos à população.-----

----O Sr. Presidente da Mesa informou que irá proceder em conformidade.-----

----A Assembleia Municipal deliberou aprovar.-----

POÇO NA PRAÇA MACHADO SANTOS:-----

----Interveio o membro da Assembleia Municipal, Sr. Venerando de Matos, para mostrar alguma preocupação face à tramitação do processo em título, nomeadamente através do conhecimento que teve pela Comunicação Social da troca de correspondência havida entre a Câmara e a Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras, de onde ressalta o pedido desta para a prorrogação do período de escavações.-----

----Perante o comunicado que saiu no Jornal Badaladas subscrito pelo Sr. Vereador Romão Ferreira, ressalta claramente haver aqui uma dissonância de posições que levaram à não prorrogação do prazo para as escavações e à continuidade dos trabalhos por parte da Câmara.-----

----Questiona-se sobre se houve desorganização do interior da Câmara, ou se de má-fé houve sonegação de informação.-----

----Por outro lado pediu esclarecimentos sobre a conclusão do trabalho de investigação arqueológica, dado que repentinamente tudo foi tapado.-----

----A propósito, e não pondo em causa, o valor do poço, dado que essa matéria será sempre discutível, pensa e apela que quando se fazem obras na Zona Histórica de Torres Vedras deveria haver sempre uma prévia intervenção em termos de trabalho arqueológico antes de se iniciar uma nova construção.-----

----O Sr. Presidente da Câmara fez o ponto da situação, informando que a Associação de Defesa do Património teve autorização para proceder às escavações até recomeçarem as obras, ou seja, teve todo o verão, findo o qual a Câmara, entendendo que os trabalhos de escavação estavam concluídos, iniciou a pavimentação.-----

----Lembrou que a Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras não entregou um segundo relatório com as conclusões, após as escavações, pois o primeiro relatório

confirmava todas as informações prestadas pelos Técnicos da Câmara.-----

----Salientou que por parte da Câmara nunca houve intenção de incompatibilizar os referidos trabalhos, estando, caso provem o interesse arqueológico, dispostos a recuperar o Poço.-----

----O Sr. Vereador Dr. António Carneiro deu nota que reuniu no dia anterior com a Associação para a Defesa e Divulgação do Património Cultural de Torres Vedras e Espeleo Clube onde foi acertado um Protocolo de Colaboração que leva a que cada uma das partes, sempre que haja algo de interesse arqueológico, contacte a outra parte, para ambas poderem cooperar.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PLANO FERROVIÁRIO NACIONAL – MODERNIZAÇÃO DA LINHA DO OESTE:-----

----Usou da palavra o membro da Assembleia Municipal, Sr. Venerando de Matos, a propósito de reportagem passada na Antena Um sobre esta matéria em que se encarecia a necessidade de requalificação da Linha do Oeste, pretendeu ser esclarecido se a Autarquia esteve representada na reunião que ocorreu na Gulbenkian, e se está ao corrente de toda a situação, tomando necessariamente as medidas para pressionar as entidades responsáveis, no sentido de se melhorar a linha de comboio que a exemplo do que se passa em toda a Europa é a grande alternativa ao automóvel.-----

----O Sr. Presidente da Câmara deu nota que foi informado pelo Sr. Ministro que o grosso dos investimentos em termos de PIDDAC serão para a linha do norte, onde o comboio ainda é o principal meio de locomoção, pois aí existem muitas localidades onde não há alternativa de estradas.-----

----Referiu que a linha do oeste irá ser contemplada, mas não este ano.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROBLEMAS DE TRANSITO NA CIDADE:-----

----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Venerando de Matos alertou para este grave problema que dia a dia mais se agudiza, quer por comportamentos abusivos em termos de hábitos de utilizar as viaturas dentro da cidade, quer por falta de alternativas em termos de estacionamento.-----

----Interroga-se sobre se existe alguma política já delineada sobre esta matéria.-----

----Citou diversos casos pontuais onde as situações são mais graves como o da Rua Henriques Nogueira, Campo da Várzea. A propósito de congestionamento em termos de trânsito alertou para o que considerou ser a monstruosidade do edifício a nascer na zona a norte do Bairro Vila Morena, bem como o loteamento da Riberalves.-----

----Ainda relacionado com o edifício “Sol Jardim”, após ter dialogado com um arquitecto, face à maqueta existente na Feira de São Pedro, ficaram-lhe fortes dúvidas sobre a sua conformidade com o Plano Director Municipal, pese embora os esclarecimentos já prestados pelo Sr. Presidente da Câmara sobre questões técnicas que se prendem com a cota de soleira como elemento determinante

daquela volumetria.-----

----O Sr. Presidente da Câmara informou que, quer o loteamento da Riberalves, quer o edifício “Sol Jardim”, estão de acordo com os projectos aprovados e em conformidade com o Plano Director Municipal e que na Feira de São Pedro o que lá estava era uma maqueta com os seus vícios e imperfeições.-----

----Referiu que caso haja suspeitas ou desconfianças em relação a estes projectos, as façam chegar por escrito à Câmara e serão analisadas perante o Executivo.-----

----Quanto ao problema do trânsito, o Sr. Vereador Romão Ferreira disse que este não é exclusivo de Torres Vedras, mas sim de todas as cidades em geral, constando que nada se pode fazer contra o aumento do uso do automóvel para as deslocações diárias.-----

---- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TAPUMES – RUA HENRIQUES NOGUEIRA E LARGO DA GRACA:-----

----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Venerando de Matos alertou para os tapumes em título, em que os transeuntes têm que circular pela estrada, questionando se esta situação é legal.-----

----O Sr. Presidente da Câmara informou que a Lei e Regulamento da Câmara permitem, nas construções, a ocupação de via pública, tendo que deixar livre meio metro de passeio com uma cobertura por cima para a circulação de pessoas.-----

----Salientou que esta passagem é feita quando se iniciam as obras e que no caso referido em título, as obras ainda não se iniciaram, estando em curso a destruição do prédio ali existente.-----

----Prometeu, pessoalmente, em relação a casos análogos, ir verificar.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ARQUIVO MUNICIPAL – PONTO DE SITUAÇÃO:-----

----Interveio o membro da Assembleia Municipal, Sr. Venerando de Matos, mostrando a sua preocupação pela situação do Arquivo, dado ter sido informado que passados vários meses não foram tomadas as medidas previstas no relatório da responsabilidade dos técnicos da Torre do Tombo.-----

----Pedi a melhor boa vontade para que esse trabalho tenha continuidade e as medidas sejam implementadas.-----

----O Sr. Vereador Dr. António Carneiro informou que todo o arquivo histórico se encontra protegido dentro de um depósito blindado, e que já foi contactada uma empresa especializada para vir examinar as peças que foram alvo de inundação, pois podem ter alguns fungos que necessitam de ser tratados.-----

----Aproveitou esta intervenção para oferecer aos membros da Assembleia Municipal um exemplar da monografia de Torres Vedras, referindo que esta obra também irá ser oferecida às Juntas de Freguesia, escolas e Bibliotecas do concelho.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

BIBLIOTECA MUNICIPAL - ABERTURA:-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Venerando de Matos, mostrou a sua preocupação pelo atraso na abertura da Biblioteca, face ao calendário escolar.-----

-----O Sr. Vereador Dr. António Carneiro, sensível a esta questão, informou que dentro de duas ou três semanas, pelo menos a parte de consulta se encontrará a funcionar, e só depois se montará o equipamento de som e vídeo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ZONAS VERDES – EQUIPAMENTOS – BANCOS DE JARDIM:-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Venerando de Matos, alertou mais uma vez para a necessidade de dotar estas zonas com bancos de jardim, nomeadamente junto à Escola Madeira Torres, bancos estes que não só serviriam a população inactiva como os próprios alunos.-----

-----Estes equipamentos deveriam ser extensivos a todas as zonas verdes da cidade, em quantidade suficiente. Fazendo um pouco de humor aludiu ao slogan que diz “Torres Vedras não pode parar”, mas não exageremos.-----

-----O Sr. Vereador Romão Ferreira reconheceu o facto de haver falta de bancos de jardim nas zonas verdes, salientando que estas também ainda não são muitas, prometendo que a Câmara iria corrigir esta situação.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREGUESIA DE SILVEIRA – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS – PLANO DE URBANIZAÇÃO DE SANTA CRUZ – AFLUENTE DO RIO SIZANDRO (CAIXEIROS) – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO:-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Silveira, Mário Miranda, solicitou informação quanto ao ponto de situação dos dois primeiros processos em título.-----

-----Relativamente ao afluente do Sizandro, Ribeira dos Caixeiros, alertou para a necessidade de uma intervenção a nível de limpeza e desobstrução das margens, a fim de evitar problemas de inundações em povoações baixas como sejam a Cerca e Caixeiros. Lembrou que a Junta de Freguesia, dentro das suas possibilidades, já interveio nesta matéria. Pediu a intervenção da Câmara junto das entidades competentes.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara informou que na próxima quarta-feira, dia vinte e três, se irá proceder à abertura das propostas referentes ao Concurso da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Silveira.-----

-----Quanto ao Plano de Urbanização de Santa Cruz, referiu que já está agendado para a próxima reunião de Câmara, estando-se a aguardar, que a Projectoplano envie diversos exemplares do Plano a fim de serem remetidos às entidades competentes para emitirem parecer, ao mesmo tempo que

estará aberto o “Inquérito Público”.-----

-----Sobre o afluente do Rio Sizandro, deu nota que esta situação fica equacionada com a limpeza do troço entre as pontes da Bordinheira e do Aranha, conforme já esclareceu na intervenção do Sr. Viriato Batalha.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

A OITO – CUSTO DAS PORTAGENS:-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. António Bento, apresentou uma moção, que se passa a transcrever:-----

-----“A Assembleia Municipal de Torres Vedras, ao tomar conhecimento da discriminação a que os Torrienses estão a ser alvo, por parte da Brisa, no preço da tarifa cobrada na A Oito, (trezentos escudos em vinte e oito quilómetros), quando a autoestrada para Setúbal, numa extensão de trinta e cinco quilómetros custa cento e oitenta escudos e a A Um, de Alverca a Aveiras, em trinta e seis quilómetros, paga igualmente cento e oitenta escudos, deliberou exigir do Governo a explicação desta discriminação, e a conseqüente correcção da tarifa.-----

-----Igualmente deliberou rejeitar a pretensão do Governo de transformar a IC Um num troço com portagem, que além dos custos que representa nos factores de produção, é ainda penalizante para as povoações vizinhas, que não têm acesso à via, com a mesma facilidade, devido às distâncias a que são colocados os acessos.”-----

-----Declarou que esta moção não visa objectivos partidários, mas tão só a defesa dos interesses dos torrienses e dos oestinos, fazendo-se sentir às entidades competentes as suas preocupações, pois na verdade estes preços repercutem-se em muitas áreas, nomeadamente a parte da economia da região, em termos de escoamento dos produtos agrícolas e a inevitável falta de competitividade relativamente a outros produtores do país.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Miguel, entende que o problema de fundo não será o da discriminação, mas sim o da desigualdade, daí o entender que o texto devia ser corrigido.--

-----Como questão de fundo salientou que o Governo nada tem a ver com a fixação das tarifas, a qual é da responsabilidade da empresa concessionária nos termos do respectivo contrato. Considera ainda que se está apenas a ter em conta os ligeiros, quando também haverá alguma desigualdade a nível de outras classes de veículos, pelo que seria de obter urna informação concreta por parte da Brisa. Perante todos os dados então seria de solicitar a intervenção do Governo.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sra. Conceição Carichas declarou subscrever a proposta do Sr. António Bento, uma vez que os dados que a Brisa pode adiantar, dos quais já dispõe, em nada esclarecem a situação.-----

-----De seguida o membro da Assembleia Municipal, Sra. Teresa Moura Guedes, declarou concordar com a posição assumida pelo Sr. António Bento.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara, devidamente autorizado, não deixou de referir que estas medidas, quanto à fixação das tarifas emanam do Governo anterior. No entanto, não será este facto que deixará de dar razão a todos sobre esta matéria.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Vidal Severino, considerou também haver em simultâneo, desigualdade e discriminação, pois não deixou de comparar o caso da CREL com o que está previsto para o Troço da IC Um, Bombarral/Caldas.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Natal Marques, entende que esta matéria se enquadra no âmbito das competências do Provedor de Justiça.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. António Bento, lamentou a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, que considerou de cariz partidário. Reafirmou o seu espírito de não partidarização deste assunto.-----

-----Pese embora o contrato de concessão com a Brisa, o Governo terá sempre poder de intervenção, o que está já comprovado pela questão da CREL.-----

-----Sobre a proposta de remessa ao Provedor de Justiça, não concorda no entendimento de que há que agir frontalmente e ser-se prático, daí manter a Moção.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Natal Marques, voltando ao conteúdo da proposta, declarou que a sua forma não está correcta pois mistura duas questões distintas como seja o preço das portagens e o troço do IC Um que deverá ser analisado no âmbito do Plano Rodoviário Nacional.-----

-----Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa pôs à votação a versão integral da Moção apresentada, tendo a mesma sido aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor e quinze abstenções.-----

DESPORTO – ATLETAS TORREENSES:-----

-----Usou da palavra o membro da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, salientando os brilhantes resultados obtidos por atletas torreenses em Campeonatos Europeus, concretamente nos Campeonatos da Europa de Veteranos, houve sete medalhas para quatro atletas, sendo um deles o primeiro em qualquer das categorias.-----

-----Lembrou também o basquetebol onde está a participar um atleta deficiente.-----

-----Recordou ainda que neste momento em Itália temos um outro torreense - Vítor Fortunato - a defender as cores da Selecção Nacional no Campeonato da Europa de Hóquei em Patins e que por cento e vinte e sete vezes já vestiu a Camisola da Selecção.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara regozijou-se com estes resultados, que provam a vitalidade existente no Desporto em Torres Vedras.-----

-----Declarou que, para o próximo ano, se irá fazer um esforço para fomentar o Desporto a todos os níveis.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO UM – APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL NOS, TERMOS DA LEI:-----

-----Nos termos da alínea d), número um, do artigo trinta e nove do Decreto-Lei número cem, barra, oitenta e quatro de vinte e nove de Março, na sua actual redacção, passa-se a transcrever a informação da actividade municipal, apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

“UM – OBRAS MUNICIPAIS:-----

-----UM, PONTO, UM – VIAS MUNICIPAIS:-----

-----Aplicação de tapete betuminoso entre Gafanhotos e Freiria - limite do concelho.-----

-----Asfaltamentos:-----

-----Acesso ao Lar de Nossa Senhora do Carmo (Matacães);-----

-----Caminho Municipal entre o Forte de São Vicente e o Bairro da Boavista/Olheiros;-----

-----Caminho Municipal Folgorosa - Buligueira;-----

-----Caminho Municipal Cova da Moura - Carregueira.-----

-----E nos arruamentos das seguintes localidades:-----

-----Arneiros; Lapas Grandes; Assenta; Barro; Ordasqueira; Freiria; Abrunheira; Monte Redondo (acesso ao Lar); Orjariça; Ramalhal; Casalinhos de Alfaiata; Chãos; Casais do Rijo; Ameal; Casas Novas; Outeiro da Cabeça; Murteira; Cerca; Sobreiro Curvo.-----

-----Resselagens:-----

-----Arruamentos no Bairro do Hilarião;-----

-----Acesso a Alfeiria;-----

-----Acesso à Aldeia de Nossa Senhora da Glória.-----

-----Iniciados os trabalhos de arranjo urbanístico na Praça Machado Santos, em Torres Vedras.-----

-----UM, PONTO, DOIS - OBRAS DIVERSAS-----

-----Convento da Graça:-----

-----Aplicação de reboco nas paredes, instalação eléctrica, iluminação, colocação de pavimento e derrube do muro do claustro.-----

-----Edifício Municipal da Avenida Cinco de Outubro:-----

-----Em fase de acabamento a primeira fase das obras de adaptação.-----

-----Escola Primária de A-dos-Cunhados:-----

-----Reparações gerais e pinturas.-----

-----Escola Primária número dois de Torres Vedras:-----

-----Arranjos exteriores.-----

-----Construção de campos de jogos.-----

-----Escola Primária de Dois Portos.-----

-----Conclusão das obras de recuperação:-----
-----Santa Cruz:-----
-----Reparação de diversos espaços públicos.-----
-----Aplicação de novos candeeiros de iluminação pública.-----
-----UM, PONTO, TRÊS – ÁGUAS-----
-----Abastecimento de Água Freguesia de São Pedro da Cadeira:-----
-----Estão concluídas e em funcionamento a maior parte das redes.-----
-----No mês em curso, terminarão os trabalhos de construção do reservatório elevado e estação elevatória da Camila. Está a decorrer o processo de requisição de ramais domiciliários, em Cambelas.-----
-----Abastecimento de Água a Louriceira, Orjariça, Catefica, Figueiredo e Mugideira:-----
-----Em curso a construção de três reservatórios e ramais de ligação. Prevê-se que a empreitada termine no próximo mês de Outubro, com a montagem do equipamento electro-mecânico.-----
-----Abastecimento de Água a São Domingos de Carmões, Carrasqueira, Corujeira, Carreiras e A-da-Rainha:-----
-----Decorre a execução de ramais, em São Domingos de Carmões, Corueira e Carrasqueira.-----
-----Abastecimento de água a Sendieira, Azinhaga, Costa D'Água, Casais da Arruda, Sarreira e outras localidades:-----
-----Em curso a implantação da tubagem para o abastecimento das Carreiras. Iniciar-se-á, muito brevemente, a construção dos reservatórios.-----
-----Sistema Adutor de Penedo-Campelos (Segunda Fase):-----
-----Conduta elevatória e redes de Vila Seca, Casais de Santo António e Folgorosa:-----
-----Em execução a rede da Folgorosa. Muito brevemente será efectuado o Auto de Consignação da empreitada para a construção da conduta elevatória, reservatório e instalação de equipamento electromecânico.-----
-----Reforço do Abastecimento ao Furadouro, Portela do Bispo, Ribaldeira e Caixaria:-----
-----Obra concluída.-----
-----Abastecimento ao Vale da Borra:-----
-----Obra iniciada em Julho, está, neste momento, em fase de conclusão.-----
-----Remodelação e ampliação do sistema Ramalhal-Porto Novo e segunda fase das redes Boavista-Valongo:-----
-----Em construção uma conduta com cerca de cinco quilómetros.-----
-----Foram ainda executados outros trabalhos nas seguintes localidades:-----
-----Casal do Vale das Merendas (Ventosa), Casal do Palear (Carvoeira), Casal Xopal (Penafirme); Casal Vargas (Maceira), Turcifal, Ereira, Amoeiras, Monte Redondo, Palhagueiras, Monte Ferreiro

(Silveira), Cabeça Gorda, Alto do Seixinho, Fonte Grada, Bombardeira, Casais das Naculas (Silveira), Vila Facaia, Casais Larana, Ereira, Póvoa de Penafirme, Torres Vedras (Escola de São Gonçalo) e - entre Campelos e Outeiro da Cabeça - foi desviada a conduta devido às obras do IC Um.

-----UM, PONTO, QUATRO – ESGOTOS-----

-----Emissário e Sistema de Elevação de Esgotos à Estação de Tratamento de Águas Residuais da Maceira:-----

-----Aguarda-se o visto do Tribunal de Contas, ao contrato celebrado com o empreiteiro.-----

-----Estação Elevatória de Águas Residuais da cidade e conduta elevatória:-----

-----Obras em fase de conclusão.-----

-----Tratamento e destino final de esgotos da Ponte do Rol:-----

-----Está a decorrer o concurso público para a empreitada.-----

-----Drenagem e elevação de esgotos de Santa Cruz.-----

-----Está a decorrer o concurso público para a empreitada.-----

-----Estação de Tratamento de Águas Residuais de Santa Cruz, Silveira, Boavista e Casalinhos:-----

-----Obra a iniciar a curto prazo. O concurso público para a empreitada encontra-se a decorrer.-----

-----Sistema de elevação de esgotos da Praia Formosa:-----

-----Obra concluída.-----

-----Saneamento da Freiria (junto à Escola C+S):-----

-----Obra adjudicada e prestes a ser iniciada.-----

-----Fossa séptica da Serra de São Julião:-----

-----Obra concluída, à excepção de um prolongamento da rede de saneamento.-----

-----Saneamento de Casais do Rijo:-----

-----Executados os troços que permitem pôr em funcionamento a totalidade da rede construída.-----

-----Saneamento de Casalinhos de Alfaiata:-----

-----Implantado um colector na estrada nacional, para servir habitações.-----

-----Fossa Séptica de Campelos:-----

-----Obra adjudicada. A iniciar a curto prazo.-----

-----Fossa séptica do Outeiro da Cabeça e emissário:-----

-----Obra em concurso.-----

-----Fossa séptica da Melroeira:-----

-----Obra em concurso.-----

-----UM, PONTO, CINCO - PROJECTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA-----

-----Abastecimento de água às zonas periféricas da cidade:-----

-----Concurso público realizado. As propostas encontram-se em apreciação.-----

-----Saneamento das zonas periféricas da cidade:-----

-----Concurso a decorrer.-----

-----Sistema de Elevação de esgotos da Fonte Grada:-----

-----Concurso a decorrer.-----

-----**DOIS – PARQUES E JARDINS**-----

-----Ajardinamento do espaço exterior do Quartel dos Bombeiros Voluntários.-----

-----Arranjo paisagístico no topo sul da Praça Francisco Sá Carneiro.-----

-----Trabalhos preparatórios para o prosseguimento da construção da zona verde.-----

-----Início dos trabalhos de arrelvamento dos espaços exteriores da Escola Primária número dois, de Torres Vedras.-----

-----**TRÊS – OBRAS PARTICULARES E URBANISMO**-----

-----Movimento registado na Divisão de Gestão Urbanística, desde o início do ano até doze de Setembro de mil novecentos e noventa e seis:-----

-----Entrada de processos de obras - cinco mil novecentos e vinte e três.-----

-----Ofícios expedidos - quatro mil oitocentos e setenta e cinco.-----

-----Processos de intimação - sessenta e um.-----

-----Alvarás de loteamento emitidos - dezoito.-----

-----Licenças de construção emitidas - mil setecentas e setenta e três.-----

-----Licenças de utilização emitidas - quatrocentos e vinte e um.-----

-----Licenças de utilização produtiva emitidas - cento e sessenta e uma.-----

-----Processos não licenciados (arquivados) - mais ou menos novecentos.-----

-----**QUATRO – CULTURA E TURISMO**-----

-----QUATRO, PONTO, UM – CULTURA-----

-----Entre quinze de Julho e trinta de Agosto, foram realizados espectáculos diários, em Santa Cruz, com Bandas de Música, Grupo de Teatro, conjuntos musicais, ranchos folclóricos e diversos artistas de variedades.-----

-----QUATRO, PONTO, DOIS – TURISMO.-----

-----Realização da Feira de São Pedro.-----

-----Criação de um espaço de animação em Santa Cruz, com espectáculos, artesanato e tasquinhas.---

-----Apoio à eleição da Miss Praia de Santa Cruz.-----

-----Instalação de posto de Turismo, em Santa Cruz, com espaços de exposição de artes plásticas, artesanato e núcleo museográfico dedicado a Joaquim Agostinho.-----

-----Apoio à realização do Encontro de Motards.-----

-----Apoio ao Campeonato Euro Surf Júnior / noventa e seis.-----

-----Realização da segunda edição do Carnaval de Verão.-----

-----Apoyo ao concurso de Saltos do Vimeiro.-----

-----Apoyo à realização do Torneio de Ténis de Santa Cruz.-----

-----**CINCO – EDUCAÇÃO E JUVENTUDE**-----

-----CINCO, PONTO, UM – EDUCAÇÃO-----

-----Apoyo a visitas de estudo e intercâmbios promovidos pelas Juntas de Freguesia e Escolas Primárias, através da cedência de autocarros e reprodução de material didáctico.-----

-----Realização do Sexto Intercâmbio Juvenil com Villenave d’Ornon, nas instalações municipais de Santa Cruz.-----

-----Preparação do plano de visitas de estudo escolares para o próximo ano lectivo.-----

-----CINCO, PONTO, DOIS – JUVENTUDE-----

-----Organização de um Festival Rock, em Santa Cruz.-----

-----Realização do Torneio de Beach-Volley.-----

-----Organização de aulas de ténis, em Santa Cruz.-----

-----Apoyo ao projecto “Férias Desportivas”.-----

-----Instalação de uma rampa de skate, em Santa Cruz.-----

-----Organização de sessão de animação de rua, com jovens pintores torreenses.-----

-----Apoyo à realização do Troféu BTT.-----

-----Apoyo à instalação de um campo de “Paintball” .-----

-----Candidaturas a programas Ocupação de Tempos Livres, para divulgação e animação turística e limpeza de praias.-----

-----Apoyo à realização do Concurso Novos Talentos, em São Pedro da Cadeira.-----

-----O Sector continua ainda, empenhado na criação da Comissão Municipal de Juventude.-----

-----**SEIS – DESPORTO**-----

-----Realizaram-se as seguintes actividades:-----

-----Grande Prémio Internacional de Ciclismo - Troféu Joaquim Agostinho, com a presença de oito equipas estrangeiras e outras tantas nacionais.-----

-----Durante o mês de Agosto, decorreram, nas praias de Santa Cruz e de Santa Rita, as denominadas “Iniciativas de Praia”, que, sob o tema “Olimpíadas”, consubstanciaram um conjunto de actividades desportivas e recreativas, envolvendo cerca de meio milhar de participantes.-----

-----**SETE - ASSUNTOS SOCIAIS**-----

-----Foram atribuídos subsídios a famílias carenciadas das freguesias do Turcifal, Monte Redondo e São Mamede da Ventosa, num valor total de trezentos e dez contos.-----

-----**OITO - HIGIENE PÚBLICA**-----

-----Desratização e desmosquitização da Cidade, Santa Cruz e algumas freguesias.-----

-----Reforço de recipientes de recolha de lixo, na zona litoral e implemento da recolha aos

domingos.-----

----Realizada a limpeza de todas as praias.-----

----Aquisição de oitenta contentores de oitocentos litros e de cem recipientes de cento e dez litros.--

----**DIVERSOS:**-----

----Recepção à delegação da cidade de Wellington.-----

----Exposição sobre a actividade municipal, na Feira de São Pedro.-----

----Debate Público, no Ramalhal, sobre o aterro sanitário.-----

----Aprovação do Projecto de Regulamento sobre Toponímia e Numeração de Edifícios.-----

----Visita de uma delegação torreense a Villenave d’Ornon.-----

----Aprovação do Acordo de Colaboração de Utilização do Pavilhão Desportivo das Escolas Madeira Torres e Padre Francisco Soares.-----

----Aprovada a cedência de terreno para a instalação da Escola de Serviços e Comércio do Oeste

----Aquisição de uma nova central telefónica.-----

----Reunião no Ramalhal, com a Directora Regional do Ambiente e elementos da Junta e Assembleia da Freguesia, sobre os problemas ambientais naquela Freguesia.-----

----Debate público sobre a regionalização, com representantes dos grupos parlamentares.”-----

----Começou por intervir o membro da Assembleia Municipal, Sra. Graça Oliveira, questionando se a obra do abastecimento de água ao Vale da Borra se encontra em fase de conclusão.-----

----De seguida usou da palavra, a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Campelos, Isália Domingues, que a propósito do abastecimento de água ao Vale da Borra, questionou se o mesmo iria ser alargado até ao Vale da Tábua Lage.-----

----Relativamente ao saneamento dos Casais do Rijo, referiu que esta obra foi executada em mil novecentos e noventa e quatro e continua a vir na exposição do Sr. Presidente da Câmaras daí se podendo constatar que faltará concluir esta obra.-----

----Referiu ainda que as bermas da estrada Vila Facaia / Campelos estão cheias de lixo e como esta é uma estrada que abrange as duas freguesias, sugere que a Câmara tome providências.-----

----Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados, Sr. Vítor Vitorino, solicitando informação sobre a obra do emissário do sistema de elevação de esgotos - Estação de Tratamento de Águas Residuais da Maceira.-----

----De seguida usou da palavra o membro da Assembleia Municipal, Sra. Conceição Carichas, pedindo esclarecimento sobre o critério utilizado para a atribuição de subsídios a famílias carenciadas.-----

----Interveio o Presidente da Junta de Freguesia do Turcifal, Sr. José Justino, salientando que a fossa séptica da Melroeira, é referida na exposição como obra em curso, quando, na realidade, ainda não foi iniciada.-----

-----Usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Carvoeira, Sr. José Manuel Cristóvão, solicitando, com urgência, a aquisição dos oitenta contentores, alertando para situações deploráveis que se estão a passar no nosso concelho.-----

-----Alertou ainda para a forma como os funcionários municipais manuseiam os baldes.-----

-----Em resposta às questões colocadas, o Sr. Presidente da Câmara começou por referir que a obra do abastecimento de água ao Vale da Borra, neste preciso momento, está concluída, e que o abastecimento de água ao Vale de Tábua não estava previsto neste troço da obra.-----

-----Quanto ao saneamento do Casal do Rijo referiu que, embora esta obra já tivesse sido iniciada há bastante tempo, foi agora que a rede ficou completa.-----

-----No que se refere à fossa séptica de Campelos, informou que a obra já está adjudicada, faltando só alguns elementos para se fazer o contrato.-----

-----Relativamente ao lixo na estrada Vila Facaia/Campelos declarou não ter encontrado ainda a solução para este problema, achando que, também, as Juntas de Freguesia têm de ajudar a resolver a referida situação.-----

-----Quanto ao emissário de esgotos da Maceira, informou que tal como a obra da Estrada Nacional duzentos e quarenta e sete - Casalinhos de Alfaiata/Bombardeira, esta obra está a aguardar o “visto” do Tribunal de Contas, encontrando-se bloqueada no referido Tribunal desde Junho.-----

-----No que se refere aos subsídios atribuídos às famílias carenciadas declarou que estes apoios são diminutos e pontuais para colaboração na construção ou reparação das casas de habitação das referidas famílias e que resultam de um levantamento efectuado pelas Juntas de Freguesia.-----

-----Sobre a fossa séptica da Melroeira recordou que para a Câmara o início da obra é com a adjudicação, e que esta empreitada já foi adjudicada, faltando apenas fazer a escritura da compra do terreno.-----

-----Quanto à aquisição dos contentores, salientou que já está acautelado. Informou que está a aguardar as candidaturas ao PROSIURB e caso esta questão seja contemplada no referido Programa, os contentores da cidade serão libertados para as outras localidades do concelho.-----

-----Não havendo mais intervenções passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa informou ter sido apresentado pedido de inscrição do representante da Comissão da Criação da Freguesia de Maceira.-----

-----Lembrou que este pedido tem suporte nas disposições contidas no número dois do artigo vinte do Regimento pelo que irá dar a palavra a esse representante, uma vez que não foi apresentada mais nenhuma inscrição.-----

-----Atendendo à matéria em questão informou haver unanimidade por parte da mesa em que o ponto quatro da ordem de trabalhos passe a ser discutido, desde já.-----

-----Posta esta proposta à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade, pelo que foi alterada a

ordem de trabalhos, passando o ponto quatro a ponto dois.-----

EMIÇÃO DE PARECER – CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE MACEIRA NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

-----O Sr. Presidente da Mesa recordou que este ponto foi agendado a pedido da Comissão para a criação desta freguesia, datado de vinte e quatro de Abril último e que tal como estabelece o regimento da Assembleia Municipal e à semelhança de outras situações dará a palavra ao representante da referida Comissão para prestar alguns esclarecimentos.-----

-----Usou da palavra o representante da Comissão para a criação da freguesia de Maceira que, após saudação a todas as pessoas presentes, começou por referir que esta Assembleia Municipal já se pronunciou sobre este assunto em vinte e sete de Junho do ano findo, lembrando que nessa sessão os partidos políticos, à excepção do Partido Popular, foram unânimes em reconhecer a legitimidade e as condições para que a Maceira fosse elevada a freguesia.-----

-----Referiu primeiro as razões de ordem geográfica e demográfica que os levou a criarem a freguesia de Maceira, passando depois a fazer um breve historial sobre todos os pareceres dados a esta iniciativa.-----

-----Terminou declarando que a força que os impele a correr e a lutar pelos seus interesses é simplesmente a força da razão.-----

-----Interveio o membro da Assembleia Municipal, Sra. Conceição Carichas, declarando que o seu partido está de acordo com a pretensão da população da Maceira, explicando, de seguida, os princípios em que se basearam para dar este acordo.-----

-----Lembrou que esta intenção fazia já parte do Programa Eleitoral da Coligação Democrática Unitária, por outro lado esta posição assenta nos mesmos fundamentos que leva esta força partidária a defender a criação das regiões administrativas, numa clara atitude de aproximação do poder, aos cidadãos.-----

-----Salientou, ainda, que nestes processos não poderá haver atitudes de monopólio do território, pois ele “não é de ninguém e é de toda a gente”.-----

-----Assim, se os cidadãos residentes nessa zona, têm a sua dinâmica própria e o processo reúne os requisitos previstos na Lei, não vê qualquer inconveniente no seu prosseguimento.-----

-----Referiu-se à posição tomada por todos os Presidentes de Junta, à excepção do Outeiro da Cabeça declarando de que o mesmo lhes merece consideração mas o seu conteúdo não é claro, pois a argumentação de base será a manipulação política ou partidária, sem se explicitar claramente de onde vem essa manipulação.-----

-----Contrapôs as várias questões constantes desse “manifesto” concluindo que a argumentação invocada, em nada vem alterar a posição já manifestada por este grupo, pelo que ela se mantém.-----

-----De seguida, usou da palavra o membro da Assembleia Municipal, Sr. Natal Marques, em

representação do Grupo Municipal do Partido Socialista, que leu na íntegra a declaração de voto que a seguir se transcreve:-----

-----“O Grupo Municipal do Partido Socialista, porque já anteriormente nesta mesma Assembleia manifestou opinião no sentido de que nada tinha a opôr à pretensão das populações da Maceira que querem a sua elevação a Freguesia, não inviabiliza, através do seu voto, aquela aspiração das populações. Não inviabiliza também, porque o referido processo já mereceu o assentimento da Assembleia de Freguesia de A-dos-Cunhados, órgão legitimamente eleito e o que certamente melhor interpreta, pela proximidade, as aspirações das populações.-----

-----Reconhecemos também toda a legitimidade à população da Maceira para reivindicar aquela pretensão uma vez que o seu projecto tem enquadramento legal, satisfazendo todos os parâmetros exigidos pela lei.-----

-----Não seríamos no entanto coerentes com a nossa consciência se nesta Assembleia não reconhecêssemos que desde a posição que em mil novecentos e noventa e cinco, aqui tomámos, até agora, algumas alterações se verificaram nos pressupostos que então nos levaram a aquiescer com a criação da Freguesia de Maceira. Desde logo ressalta o aparecimento de múltiplas iniciativas que desde então vieram à luz do dia reclamando idênticas pretensões.-----

-----Pensamos que devem existir extremos cuidados na divisão administrativa do território feita a níveis tão baixos, sob pena de estarmos a criar estruturas inviáveis e de gestão problemática.-----

-----Efectivamente o processo de criação de freguesias urge ser equacionado entre nós, no sentido de se avaliar as vantagens ou desvantagens que traz para as populações envolvidas bem como para o concelho de Torres Vedras em geral. “-----

-----Não deixou de ter presente que este projecto foi apresentado pela primeira vez na Assembleia da República por um deputado do Partido Socialista, pelo que não fazia sentido votar desfavoravelmente este processo.-----

-----Contudo, declarou que casos futuros terão de ser devidamente equacionados, não pondo de lado a hipótese de realização de uma reunião específica para tratar desta matéria.-----

-----Interveio o membro da Assembleia Municipal, Sr. Vidal Severino, lembrando que a posição do Partido Social Democrata sobre este processo foi sempre de claro apoio, tal como se poderá constatar pela leitura das respectivas Actas desta Assembleia.-----

-----No entanto lembrou algumas vicissitudes por que este processo passou, nomeadamente o facto de nos últimos dias de Setembro ter sido marcada uma Assembleia Municipal e ter nessa altura transparecido, com alguma surpresa nossa, que estaria em perigo a criação da freguesia da Maceira.-----

-----Contudo, tal não se verificou, o que mereceu o nosso apreço, pela atitude tomada por todos os políticos.-----

-----Assim, deixou expresso o seu voto do melhor êxito para a nova Autarquia que irá ser criada.-----

-----Usou da palavra o membro da Assembleia Municipal, Sra. Graça Oliveira, para relembrar algumas fases deste processo, o qual, em seu entender, nem sempre foi tratado com a seriedade que o mesmo merecia, no entanto, neste momento, congratula-se pela forma diferente como ele está a ser discutido, uma vez que em concreto está sobre a mesa a criação da nova freguesia da Maceira.-----

-----Salientou dois aspectos significativos, como sejam, o teor da carta enviada pela Comissão ao Presidente da Mesa da Assembleia onde expressamente se reflecte o sentir unânime do povo que representa.-----

-----Por outro lado há que ter em conta o facto de estarem reunidas as condições que a legislação impõe conforme os indicadores aí expressos.-----

-----Por tudo o que referiu declarou que a Coligação Democrática Unitária está de acordo e daí ir emitir voto favorável à criação da Freguesia de Maceira.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados usou da palavra, declarando que como Presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados e com a consciência que defendeu os interesses da Junta de Freguesia, querer deixar expresso nesta Assembleia Municipal nada ter contra a população da Maceira, dado que o mesmo critério que seguiu neste processo será o mesmo que irá usar com a Póvoa de Penafirme.-----

-----Mais uma vez reforçou a sua posição de que nada tendo contra a população da Maceira, a sua obrigação como Presidente de Junta foi a de defender a sua freguesia até ao fim.-----

-----Tendo plena consciência do resultado da votação a realizar face às posições, até ao momento manifestadas, não deixou de felicitar a Comissão Pró-Freguesia, à qual desejou as maiores felicidades, no desejo de que esta divisão resulte frutífera para as duas autarquias.-----

-----Expressou a sua solidariedade e apoio ao povo da Maceira, declarando que enquanto estiver à frente dos destinos da Junta de Freguesia, com ele podem contar num total espírito de abertura e colaboração.-----

-----Por último leu na íntegra a declaração de voto que se passa a transcrever:-----

-----“Eu, Vítor Manuel Vitorino, na qualidade de membro da Assembleia Municipal de Torres Vedras, venho declarar o meu voto referente à aprovação da passagem do lugar da Maceira a Freguesia.-----

-----Na freguesia de A-dos--Cunhados, como é do conhecimento dessa Assembleia, existem dois processos para a criação de novas freguesias, na sua área geográfica que são os lugares da Maceira e da Póvoa de Penafirme.-----

-----Como é óbvio o meu critério terá de ser igual evitando excepções. A razão do meu voto ser contra a criação de mais Freguesias são as seguintes que passo a discriminar:-----

-----Primeiro - O desmembramento total de uma Freguesia com um passado histórico de quatrocentos e quinze anos.-----

-----Segundo - Uma Freguesia que tem neste momento quatro funcionários no quadro de pessoal e vários encargos como por exemplo máquinas, e ao sermos confrontados com o desmembramento da Freguesia qual será a situação destes postos de trabalho? Será a Câmara Municipal responsável por tal situação?-----

-----Por último, sendo eu a favor do desenvolvimento das povoações, nunca poderia votar a favor de um desmembramento que irá contrariar o desenvolvimento.-----

-----Excelentíssima Assembleia, pelo exposto, entendo ser razões mais que suficientes para votar contra a criação de mais Freguesias sendo o meu voto contra a criação da Freguesia da Maceira.”-----

-----Usou da palavra o membro da Assembleia Municipal, Carlos Miguel, para fazer uma correcção e ao mesmo tempo um comentário sobre este processo.-----

-----Assim em primeiro lugar lembrou que na ocasião em que este assunto foi discutido, Setembro de mil novecentos e noventa e cinco, ao tempo já não era líder do Grupo Municipal, no entanto nunca deixou de ser membro desse mesmo Grupo, do qual muito se honra e muito se orgulha.-----

-----Como primeiro comentário, disse que, por um lado assiste toda a legitimidade à população da Maceira e a toda e qualquer outra população deste concelho, a ter aspirações a serem elevadas a freguesia, vila e quiçá mais tarde, cidade ou concelho.-----

-----Contudo, apelou a que haja alguma sensibilidade sobre esta matéria, pois é conhecido o movimento “divisionista” que existe neste concelho, não sendo novidade, os casos da Póvoa de Penafirme e de Santa Cruz. Isto tudo envolvendo em grande parte a actual freguesia de A-dos-Cunhados e também uma franja da Silveira.-----

-----Citou igualmente, o caso da Povoação de Cabeça Gorda.-----

-----Reafirmou a obrigação que assiste aos órgãos eleitos pelas populações de estarem atentos a estes movimentos e a estas pretensões, pois vistas sob uma forma fria, todas elas são legítimas, contudo, haverá que em primeiro lugar ver os interesses do concelho e em sequência os interesses das populações envolvidas, e neste particular há que ter em conta não só as populações que pedem o fraccionamento, mas também aquelas que vão ser fraccionadas.-----

-----Salientou o caso especial da Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados que dispõe de maior número de meios, comparativamente com a maioria das outras autarquias, dada a sua dimensão e o número da população.-----

-----Contudo, disse que esses meios derivam essencialmente dos factores que mencionou, pelo que enveredar-se pelo fraccionamento indiscriminadamente, inevitavelmente, porá em causa toda a estrutura que aquela freguesia hoje tem, por isso repete que embora seja perfeitamente legítima e entendível a pretensão da população da Maceira a ser freguesia, lembra que não é o voto desta Assembleia que vai fazer da Maceira freguesia, pois todo o processo assenta nos pressupostos da lei existente, lei esta feita pela Assembleia da República que tem a última palavra.-----

-----Deixou claro que a Assembleia Municipal apenas se limita a dar um parecer.-----

-----Por outro lado declarou que em qualquer processo desta natureza as condições terão sempre que ser analisadas caso a caso, e não pode ficar a ideia de que o sentido de voto já aqui manifestado por todas as forças políticas seja um sentido de voto genérico, porque como disse e muito bem o membro, Sr. Natal Marques, cada situação terá de ser analisada independentemente da legitimidade das pessoas, porque acima desse direito terá de ficar também a legitimidade do concelho e sua população global.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. David Bernardino, referiu que na verdade em muitos casos a divisão do território poderá ser negativa, no entanto lembrou que o actual quadro legal que rege esta matéria limita-se a enumerar friamente um conjunto de condições, sendo difícil a quem compete dar parecer e desde que esses pressupostos existam, contrariar as pretensões apresentadas.--

-----Contestou a filosofia subjacente à intervenção do Dr. Natal Marques, no entendimento de que não se deverá quartar o direito às populações de reivindicar a sua freguesia.-----

-----A intervenção do membro da Assembleia Municipal, Dr. Carlos Miguel, mereceu toda a sua concordância, pois ele denota uma visão diferente deste problema, pondo em evidência o bom senso e o papel interveniente desta Assembleia que deverá fazer sentir às populações que em determinados casos a divisão poderá não estar a acrescentar nada de melhor para si próprios, tudo num clima de diálogo e consenso e não de intimidação como lhe pareceu ser a posição do Sr. Dr. Natal Marques.--

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Viriato Batalha, declarou que não está em causa a tomada de uma deliberação mas sim a emissão de um parecer.-----

-----Declarou não ter uma opinião definitiva sobre esta matéria, no entanto, o seu partido e falando em abstracto, é por uma questão de principio, contra este tipo de realidades, pelo que subdividir ainda mais o território não lhe merece concordância, independentemente, das pretensões e legitimidades que cada caso apresenta.-----

-----Recordou a posição do grupo parlamentar na Assembleia da República, no entendimento de que se tratava de dar um parecer em abstracto e que não é possível às pessoas em Lisboa viverem os problemas de cada localidade do país.-----

-----Concretamente neste caso lembrou que o seu Partido foi votado na povoação e que esses eleitores sensibilizaram no sentido da emissão de voto favorável.-----

-----Assim, e tendo presente a existência dos parâmetros legais exigidos pela Lei e pelo grande consenso, declarou que iria votar favoravelmente.-----

-----No entanto, mostrou também fortes preocupações para o futuro, em termos do aparecimento de outros processos, dada a pouca exigência da Lei em termos de existência de pressupostos.-----

-----Considera que a Assembleia Municipal e todos os torreenses deveriam reflectir bastante sobre este tema, de modo a evitar, no futuro, criarem-se grandes divisões no território.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Dr. Luís Natal Marques, contestou a intervenção do Sr. David Bernardino em que classificava a sua intervenção como algo intimidatória, o que não esteve nos seus objectivos.-----

-----Pretendeu acima de tudo defender os interesses do concelho, demonstrando que em futuros casos concretos o seu grupo municipal fará uma análise consciente e, se concluir pela inconveniência de mais subdivisões, assumirá a posição consentânea com a defesa desses princípios. -----

-----Concluiu dizendo que agir em consciência e à luz dos princípios que defendeu não constituiu intimidação.-----

-----Terminadas as intervenções o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia submeteu à votação este ponto da ordem de trabalhos, tendo por maioria de um voto contra e nove abstenções sido emitido parecer favorável à criação da Freguesia da Maceira.-----

PONTO TRÊS – COMISSÃO DE SEGURANÇA – RELATÓRIO PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DO CONSELHO LOCAL DE SEGURANÇA DOS CIDADÃOS:-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal lembrou que fora distribuído a todos os membros a proposta emanada da Comissão específica criada para este efeito, a qual se passou a ler, e a seguir se transcreve:-----

-----“O crescimento assustador da criminalidade nos dias de hoje é uma realidade insustentável motivado pelo agravamento das condições sociais, pela desmotivação sócio-cultural e falta de perspectivas de futuro, pelo crescimento do tráfego e consumo de drogas, a problemática da segurança é hoje cada vez mais sentida com maior intensidade pelas populações.-----

-----Por isso torna-se urgente dar resposta a estas preocupações, respostas essas que são direito dessas mesmas populações.-----

-----Proteger pessoas e bens, diagnosticar e combater eficazmente a delinquência e a pequena criminalidade só é possível através da colaboração das Forças de Segurança com a Sociedade Civil.-----

-----Para isso a prevenção é tarefa prioritária. Nesse sentido a criação de uma estrutura municipal com carácter consultivo que se ocupe dessa problemática, dando pareceres e estimulando acções conjuntas, pode muito contribuir para a salvaguarda dos interesses e preocupações das comunidades visadas.-----

-----Especificamente em Torres Vedras, onde o crescimento demográfico tem sido e continuará a ser uma realidade, mais ainda com a abertura de novas acessibilidades à área metropolitana de Lisboa, vem tornar urgente e necessário a criação de um Conselho Local com essas características.-----

-----Neste sentido a Assembleia Municipal de Torres Vedras delibera:-----

-----Criar o Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos.”-----

-----De seguida foi a mesma posta à discussão.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Dr. Natal Marques, fez uma retrospectiva de todo este processo, lembrando a falta de enquadramento legal que então se verificava sobre esta matéria..-----

-----Contestou a terminologia usada na introdução da proposta ao falar-se em “crescimento assustador de criminalidade” o que em termos reais não é a realidade de Torres Vedras.-----

-----Quanto ao desenvolvimento formal deste processo, teceu diversos considerandos, quanto à futura composição do Conselho de Segurança Local à luz da legislação recentemente aprovada na Assembleia da República, entendendo que cada grupo municipal deveria indicar um seu representante após o que seria apresentada uma proposta de composição definitiva.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Dra. Teresa Moura Guedes, fez uma ampla explanação desta problemática não a desligando de outras questões, como seja a estratégia do desenvolvimento e a definição de uma política civilizacional que os órgãos locais terão que assumir em colaboração com a própria polícia, o que até agora não acontece.-----

-----Aludiu a comportamentos sociais negativos cujas origens estão no seio das famílias e nas escolas.-----

-----Declarou que a segurança terá de ser feita a partir de cada um, através dos seus comportamentos individuais não concordando por isso com este Conselho de Segurança.-----

-----Pensa que esta problemática ultrapassa muito um grupo restrito de pessoas bem intencionadas mas que na prática não terá qualquer alcance.-----

-----Pensa que a Câmara, atentas as suas competências em matéria de educação, deverá promover tentativas de formação através das próprias escolas, com inevitáveis reflexos na restante população através das famílias.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Graça Oliveira, lamentou a forma como este processo tem vindo a ser tratado lembrando que a proposta da Coligação Democrática Unitária foi apresentada à vinte meses.-----

-----Declarou existir um conjunto de contradições, em termos de toda a filosofia que esteve subjacente aquando da apresentação da proposta da Coligação Democrática Unitária.-----

-----Assim, lembrou que a Comissão foi constituída para estudar a constituição, a forma de funcionamento deste “Conselho” verificando que aparece agora um documento assinado apenas por um dos elementos da Comissão, cujo teor repete, embora por outras palavras, a ideia fundamental constante apresentada pela proposta da Coligação Democrática Unitária.-----

-----Questionou também a diferença de terminologia entre Conselho Municipal de Segurança e Conselho Local de Segurança.-----

-----Considerou a expressão “local” restritiva à cidade, deixando de fora o resto do território municipal, onde existem locais altamente vulneráveis, como sejam Santa Cruz, A-dos-Cunhados, Silveira, para além das freguesias do interior.-----

-----Parece-lhe existir nesta Assembleia Municipal alguma repugnância em aceitar uma proposta oriunda da Coligação Democrática Unitária, lembrando que há poucos dias ocorreu a criação de Conselhos Municipais de Segurança, tendo o próprio Partido Socialista subscrito a proposta, nomeadamente em Lisboa.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Quim-Zé, lembrou que uma das promessas eleitorais do actual governo era a criação de polícias municipais, recordando as palavras do então Presidente da Câmara Municipal de que seria criada a Polícia Municipal num curto espaço de tempo.-----

-----Um ano está volvido, estamos a ser governadas por “um governo de mudança” e nada se vislumbra nesta matéria, daí que entenda dever questionar-se o Executivo sobre a falta de cumprimento da referida matéria.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Natal Marques, respondendo à Graça Oliveira declarou que a não aceitação da proposta assentou tão só na falta de enquadramento legal que permitisse a esta Assembleia Municipal criar o pretendido conselho.-----

-----Criada que está agora a Lei é lógico que o Partido Socialista dará o seu assentimento.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Viriato Batalha, interveio salientando que urna das funções primárias de qualquer estado é a defesa dos seus cidadãos, o que infelizmente e há uns anos a esta parte tem vindo a ser negligenciado.-----

-----Entende que também a Administração Local deveria participar activamente nesta matéria, de modo a evitar-se que sejam os cidadãos a substituir-se ao normal desempenho das instituições.-----

-----Criticou também a actuação do Partido Socialista, dizendo que não valerá a pena assacar culpas ao Partido Social Democrata uma vez que já não é governo.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sra. Conceição Carichas, expôs os seus pontos de vista sobre o que considera a confusão entre segurança e polícia.-----

-----Na verdade não partilha a visão catastrófica do Partido Social Democrata, que agora tem feito bandeira sobre a questão da falta de segurança dos cidadãos e do aumento da criminalidade, o que não é comprovado por qualquer estatística oficial.-----

-----Lembra a política deste partido enquanto Governo ao retirar a polícia de algumas localidades e criar as mega esquadras.-----

-----Declarou não concordar com a actual posição do Partido Socialista ao anunciar o aumento do número de polícias, e a colocação de alguns nas próprias escolas, pois essa não será a via para resolver uma questão tão profunda.-----

-----Reafirmou que de maneira nenhuma se podem confundir os dois conceitos, ou seja uma coisa é a polícia e as suas funções próprias, e outra a vivência da própria escola, daí parecer-lhe muito pouco pedagógico a existência da polícia no interior de qualquer estabelecimento.-----

-----Há que ter horizontes mais profundos e avaliar as verdadeiras causas da insegurança da

população, que assentam em realidades como a exclusão social, com a inevitável marginalidade, o que felizmente não acontece no nosso caso, onde estes problemas não se têm acentuado.-----

----Frisou que estes problemas não se resolvem com o aumento de polícia, o que está comprovado noutros países mais desenvolvidos.-----

----Atendendo ao conceito de segurança já defendido foi por isso que a Coligação Democrática Unitária propôs já há tanto tempo as suas ideias sobre esta questão.-----

----Atenta a nova conjuntura governamental, em que o Partido Socialista agora é governo pede, contudo, que continue a haver uma certa solidariedade e um assumir de responsabilidades de todos os cidadãos, neste caso dos representantes mais visíveis dos cidadãos, que serão os conselhos directivos já em tempo propostos e que esta Assembleia Municipal se recusou a discutir, embora tratando-se, tão só, da composição.-----

----Deixou claro que a intervenção da Coligação Democrática Unitária é pela positiva e pela prevenção.-----

----Defende que a polícia não deverá ser chamada para tudo o que corre mal, gostando antes que venha a haver um verdadeiro envolvimento de todos os cidadãos para que as coisas melhorem na comunidade, desejo esse que se consubstanciará num “Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos”.-----

----O membro da Assembleia Municipal, Dr. Carlos Miguel, esclareceu que não podem ficar dúvidas das intervenções havidas de que alguma vez o Partido Socialista estivesse contra a criação de qualquer conselho. O que se pretendeu e hoje se mantém é que tudo seja devidamente esclarecido, pois não faz sentido criticar-se, e bem, a falta de funcionamento das Comissões Municipais, fazendo-se, entretanto, propostas sem conteúdo e que se resumem, apenas, a títulos para o Jornal, o que entende ser o caso deste Conselho de Segurança dos Cidadãos.-----

----Sensibilizou para a necessidade de se aprofundar devidamente esta matéria no que respeita às questões de funcionamento com a consequente definição das suas competências próprias.-----

----Quanto à composição que é proposta refere que também esta matéria levantará dúvidas havendo de certeza outras propostas para mais elementos, que de certeza merecerão consenso, pelo que entende que antes de mais terão de ser criadas as verdadeiras bases para um projecto sério sob pena de se cair em descrédito. Em suma, deverá encarar-se este projecto como um trabalho de conjunto, lembrando que foi o conjunto de vontades das três principais forças partidárias representadas na Assembleia Municipal que manteve a Polícia de Segurança Pública em Torres Vedras.-----

----Entende que em matéria tão importante, os dividendos políticos terão de ser postos de lado. Conclui que haverá que definir bem o que é o Conselho Local de Segurança, de forma a que ele possa funcionar, qual o papel da Assembleia Municipal, da Câmara e dos agentes sociais, que têm nele a sua composição, e avaliar quem deverá estar presente o que agora não consta e então sim,

avançar com os pés bem assentes na terra e na convicção de que se está a implementar algo de muito importante e justo. Só após reunidas estas condições este projecto terá credibilidade, caso contrário o mesmo ficar-se-á por um mero título.-----

----O membro da Assembleia Municipal, Marco António, esclareceu o motivo pelo qual a proposta vem apenas subscrita por si, atendendo ao facto de ter havido movimentação na lista dos elementos da Coligação Democrática Unitária.-----

----O membro da Assembleia Municipal, Graça Oliveira, lembrou que esta Comissão foi constituída não para apresentar o documento que está agora sobre a mesa, mas sim para apresentar uma proposta à Assembleia Municipal em termos de normas de funcionamento e composição do Conselho de Segurança, o que se poderá constatar através das respectivas Actas.-----

----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal esclareceu que o único documento conclusivo é o relatório que está sobre a mesa e que foi posto à consideração da Assembleia Municipal, dado ter sido o único apresentado.-----

----O membro da Assembleia Municipal, Dr. Natal Marques, disse que lhe parece haver um equívoco na posição da Coligação Democrática Unitária, já que agora há uma Lei aprovada pela Assembleia da República, onde se enumeram as competências destes conselhos e a sua composição.-----

----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que se iria proceder à votação da proposta para a criação do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos dado existir já legislação regulamentadora da matéria, a qual foi aprovada por maioria.-----

----Na sequência desta aprovação, o Grupo Municipal Socialista apresentou proposta para a criação de um grupo de estudo que proponha a esta Assembleia Municipal a composição do futuro Conselho Local de Segurança.-----

----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o assunto à discussão tendo ficado decidido que na próxima reunião cada Grupo Municipal indicaria o seu representante.-----

RENÚNCIA AO MANDATO DO SR. JOAQUIM JOSÉ VIDAL SEVERINO:-----

----Interveio o Sr. Joaquim José Vidal Severino proferindo a seguinte intervenção:-----

----“Srs. elementos da Mesa da Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, Deputados Municipais, meus colegas de bancada, digníssimos colaboradores da Câmara Municipal, digníssimos representantes dos órgãos de comunicação social, digníssimos munícipes presentes, comunico-vos a minha renúncia a Deputado Municipal nesta Assembleia, dando assim fim à minha actuação de vinte anos de autarca, trata-se de uma posição livre e pessoalmente tomada, que foi bem analisada, ponderada e reflectida e cujos motivos, considero do meu foro pessoal pelo que não a apresentarei publicamente. Saio com a consciência do dever cumprido e com a satisfação de muito ter aprendido nos vários cargos de autarca que desempenhei, defensor de uma democracia

política, económica e social em constante melhoria e de acordo com os princípios do meu partido.---

----Coloquei muitas vezes acima dos meus interesses partidários e da minha maneira de analisar, os interesses do nosso concelho e dos seus habitantes, se por vezes fui mais agreste para com qualquer autarca, apresento as minhas desculpas mas considero que nunca o fiz sem estar a pensar no bem de todos nós, eu por mim, saio sem inimizades, nem ofendido com ninguém. Dos muitos factos que marcaram a minha vida de autarca, peço licença para relembrar dois concretamente a Assembleia Municipal no início do mandato de mil novecentos e oitenta que terminou às cinco e trinta da manhã, em que se discutiu a fixação do número de vereadores em regime de permanência e outra aquando da elevação de Torres Vedras a Cidade.-----

----Uma saudação muito especial para os presidentes das Juntas de Freguesia do nosso concelho. Não atingimos infelizmente a democracia que eles merecem, pois mais do que a regionalização são necessárias mais verbas e mais descentralização por parte da Câmara Municipal. Infelizmente, e que me perdoem, alguns continuam a ser, que me perdoem este termo, “pedintes” para as obras que necessitam para as suas populações.-----

----Aos órgãos de comunicação social, os nossos agradecimentos ‘como sempre me trataram na espinhosa missão que têm que cumprir, por vezes não estive de acordo com a sua actuação, fi-lo, não por mim, mas pelos ideais que sempre defendo e mantenho.-----

----Acima da política, tem que estar Torres Vedras e o seu Concelho.-----

----Saúdo em particular a população de Maceira, todos os autarcas e restantes munícipes do Concelho de Torres Vedras, desejando que saibamos dar as mãos de modo a que cada vez tenhamos mais democracia política, económico-social, por termos orgulho no mundo que estamos a criar para os nossos filhos e netos, que queremos cada vez melhor, mais puro e mais fraternal.”-----

----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou que, nos termos da Lei, iria proceder à convocação do membro substituto em observância do estipulado nos artigos setenta e um e setenta e três do Decreto-Lei cem, barra, oitenta e quatro, de vinte e nove de Março.-----

----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Natal Marques interveio para em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista manifestar o seu pesar pelo facto de a Assembleia Municipal deixar de contar com a prestimosa participação do “Sr. Quim-Zé”.-----

----No entanto e estando em causa apenas motivos de ordem pessoal, deseja os melhores sucessos para a sua vida profissional, na expectativa de que num futuro ainda possa regressar à missão de autarca.-----

----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Viriato Batalha, declarou que embora não tendo grandes contactos pessoais com o Sr. Joaquim José Severino, tem conhecimento que ele sempre prestou um bom serviço ao município desejando-lhe por isso as melhores felicidades para a sua vida.-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. Venerando de Matos, saudou o Sr. Joaquim José Vidal Severino como uma das figuras marcantes desta Assembleia Municipal, a que se habituou a respeitar pela coerência das posições que sempre aqui assumiu e portanto, desejando-lhe as maiores felicidades.-----

-----O Presidente da Mesa informou que atento o quadro legal vigente e o próprio regimento da Assembleia Municipal, os trabalhos seriam interrompidos, propondo por isso a marcação de uma reunião para a próxima quarta-feira dia vinte e três pelas vinte e uma horas, o que desde logo mereceu aprovação por parte da Assembleia Municipal, considerando-se desde logo os elementos presentes devidamente convocados, independentemente das formalidades legais em termos da respectiva convocatória.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pela uma hora, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por suspensa a presente reunião, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para se constar se lavrou a presente acta que depois de elaborada pelo Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fernando Alves Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

	